

10.Partes relacionadas

As transações realizadas com as partes relacionadas Sercomtel S.A. Telecomunicações e Sercomtel Participações S.A.:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-------------------|-------------------|
| Suporte Corporativo - Sercomtel S.A. Telecomunicações | 57 | - |
| Dividendos a Pagar - Sercomtel Participações S.A. | 106 | 136 |
| Total | 163 | 136 |

As operações mercantis com partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes a partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla honorários e remuneração dos diretores. O total de gastos com remuneração direta totalizou até dezembro de 2018, R\$ 387 (até dezembro de 2017, R\$ 371), e encontra-se registrado na rubrica despesas administrativas.

11. Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.746.100, representado por 1.746.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de R\$ 1,00 cada ação. A distribuição das ações do capital subscrito está assim representada:

| | Quantidade de Ações | Participação |
|------------------------------|----------------------------|---------------------|
| Sercomtel Participações S.A. | 1.746.100 | 100% |

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Nos termos do art. 197 e 202 da lei nº 10.303/01, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados a constituição de reserva de lucros.

12.Receita operacional líquida

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita com serviços prestados | 11.322 | 12.661 |
| (-) Deduções | | |
| . PIS | (182) | (198) |
| . COFINS | (841) | (910) |
| . ISS | (343) | (551) |
| Total | 9.956 | 11.002 |

13.Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

13.1. Custo dos serviços prestados

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e encargos | 2.755 | 2.823 |
| Cooperação técnica | 287 | 335 |
| Consultoria em software | 176 | 161 |
| Material aplicado | 1.626 | 2.707 |
| Call center | 441 | 386 |
| Outros custos | 398 | 337 |
| Depreciação e amortização | 350 | 380 |
| Total | 6.033 | 7.129 |

13.2. Despesa gerais e administrativas

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e encargos | 805 | 1.061 |
| Aluguel | 486 | 745 |
| Consultoria em software | 64 | 62 |
| Conselho fiscal | 49 | 49 |
| Suporte corporativo | 447 | 572 |
| Cooperação técnica | 170 | 409 |
| Contabilidade e auditoria | 22 | 33 |
| Outras despesas | 99 | 167 |
| Depreciação e amortização | 25 | 32 |
| Despesas tributárias | 31 | 50 |
| Total | 2.198 | 3.180 |

13.3. Outras despesas e receitas operacionais

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------------------|-------------------|
| Baixa de Imobilizado | - | (6) |
| Recuperação de despesas | - | (1) |
| Total das outras despesas operacionais | - | (7) |
| Receitas Eventuais | 133 | 60 |
| Total das outras receitas operacionais | 133 | 60 |
| Resultado outras receitas (despesas) operacionais | 133 | 53 |

14.Resultado financeiro

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Juros, multas e descontos pagos | - | (18) |
| Despesas bancárias e IOF | (3) | (12) |
| Juros sobre Capital Próprio | (214) | - |
| Total das despesas financeiras | (217) | (30) |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 146 | 68 |
| Multa contratual | 8 | 24 |
| Juros ativos e descontos recebidos | - | 17 |
| Total das receitas financeiras | 154 | 109 |
| Resultado financeiro líquido | (63) | 79 |

15.Instrumentos financeiros

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.083 | 1.609 |
| Outros créditos | 22 | 17 |
| Passivo | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (504) | (163) |
| Partes relacionadas | (106) | (136) |
| Outras obrigações | (1) | (1) |
| Total | 2.494 | 1.326 |

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores: Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;

Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar: Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

Créditos com acionistas controladores e coligados: Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia.

Empréstimos e financiamentos: Contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Gerenciamento de risco financeiro

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.

Risco de mercado

Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

16.Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta conforme apresentado a seguir:

| | Limite máximo Indenização - R\$ Mil |
|---|--|
| Riscos cobertos | |
| Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores | 10.000 |
| Veículos | 1.610 |
| Seguro de vida em grupo | 2.403 |
| Total | 14.013 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Sercomtel Iluminação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sercomtel Iluminação S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sercomtel Iluminação S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades em situação de continuidade operacional normal. Em 1º de setembro de 2017, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel por meio do Acórdão nº 366, determinou a instauração de processo para avaliação acerca da aplicação de caducidade à Sercomtel S.A. Telecomunicações (controladora da **Sercomtel Participações S.A.**, que controla a Companhia), no tocante a concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC. Adicionalmente, o mesmo Acórdão, determina à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação, a avaliação da manutenção de capacidade econômico- financeira e regularidade fiscal pela Companhia, no tocante às suas autorizações para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado fora da área de concessão, avaliando-se o cabimento ou não de cassação das referidas outorgas. Referido processo tramita internamente na ANATEL, porém, de forma complementar, em sua Reunião nº 859, de 4 de outubro de 2018, a ANATEL decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral (Consulta Pública), a Proposta de Edital de Licitação para Concessão para prestação de STFC na modalidade Local, autorização para prestação de STFC nas modalidades LDN e LDI, autorização para prestação de SMP, autorização para prestação de SCM e autorização de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz e 1.800 MHz, no Setor 20 do PGO e Área de Registro 43 do PCA, cujo prazo findou em 08 de novembro de 2018. Em 05 de novembro de 2018, a Sercomtel S.A. Telecomunicações apresentou suas alegações finais no processo de caducidade da concessão, suscitando, inclusive, uma análise por parte daquela Agência acerca do desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão (em vigência desde 1998) e da própria insustentabilidade do serviço telefônico fixo comutado, objeto da concessão, o que teria contribuído para a própria abertura dos processos acima descritos.

A Sercomtel S.A. Telecomunicações, conjuntamente com seus acionistas, vem atuando junto à agência reguladora visando a reversão desse processo e em 18 de janeiro de 2019, apresentou suas alegações finais no processo de cassação das outorgas de autorização comprovando sua regularidade fiscal. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de janeiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e contendo ênfase sobre a concentração de clientes e receita no contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Londrina.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá-PR, 18 de janeiro de 2019

| |
|--|
| <p>BEZ Auditores Independentes S/S CRC PR 5.010/O-2</p> <p>Valdemir Bez Contador CRC PR 037.262/O-2</p> |
| <p>ESTRUTURA DE GOVERNANÇA</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Presidente: Claúdio Sérgio Tedeschi Membros: Luciano Kuhl Rosângela Miqueletti Martins de Oliveira Tiago Carmelós Caetano</p> |
| <p>CONSELHO FISCAL</p> <p>Moysés Silva Junior Paulo Morimichi Oguido</p> |
| <p>DIRETORIA</p> <p>Luciano Kúhl Diretor Presidente Luiz Shiroma Diretor Administrativo Financeiro Tiago Carmelós Caetano Diretor de Operações</p> |
| <p>CONTADOR</p> <p>Wanley Xavier Junior CRC/PR 059.324/O-3</p> |